



CONCURSO PÚBLICO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

E GESTÃO DE PESSOAL - SEMAG



Universidade
Estadual do Piauí

PROVA ESCRITA OBJETIVA - TIPO 06

CARGO: FISCAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR

DATA: 24/02/2019 – HORÁRIO: 8h30min às 12h30min (horário do Piauí)

LEIA AS INSTRUÇÕES:

01. Você deve receber do fiscal o material abaixo:
 - a) Este caderno (TIPO 06) com 50 questões objetivas sem falha ou repetição.
 - b) Um CARTÃO-RESPOSTA destinado às respostas objetivas da prova. *Verifique se o tipo de caderno (TIPO 06) é o mesmo que consta no seu Cartão-Resposta.*

OBS: Para realizar sua prova, use apenas o material mencionado acima e, em hipótese alguma, papéis para rascunhos.
02. Verifique se este material está completo e se seus dados pessoais conferem com aqueles constantes do CARTÃO-RESPOSTA.
03. Após a conferência, você deverá assinar seu nome completo no espaço próprio do CARTÃO-RESPOSTA, utilizando caneta esferográfica com tinta de cor azul ou preta.
04. Escreva o seu nome nos espaços indicados na capa deste CADERNO DE QUESTÕES, observando as condições para tal (assinatura e letra de forma), bem como o preenchimento do campo reservado à informação de seu número de inscrição.
05. No CARTÃO-RESPOSTA, a marcação das letras correspondentes às respostas de sua opção, deve ser feita com o preenchimento de todo o espaço do campo reservado para tal fim.
06. Tenha muito cuidado com o CARTÃO-RESPOSTA para não dobrar, amassar ou manchar, pois este é personalizado e em hipótese alguma poderá ser substituído.
07. Para cada uma das questões são apresentadas cinco alternativas classificadas com as letras (A), (B), (C), (D) e (E); assinale apenas uma alternativa para cada questão, pois somente uma responde adequadamente ao quesito proposto. A marcação em mais de uma alternativa anula a questão, **mesmo que uma das respostas esteja correta**; também serão nulas as marcações rasuradas.
08. As questões são identificadas pelo número que fica à esquerda de seu enunciado.
09. Os fiscais não estão autorizados a emitir opinião nem a prestar esclarecimentos sobre o conteúdo das provas. Cabe única e exclusivamente ao candidato interpretar e decidir a este respeito.
10. Reserve os 30(trinta) minutos finais para marcar seu CARTÃO-RESPOSTA. Os rascunhos e as marcações assinaladas no CADERNO DE QUESTÕES não serão levados em conta.
11. Quando terminar sua Prova, antes de sair da sala, assine a LISTA DE FREQUÊNCIA, entregue ao Fiscal o CADERNO DE QUESTÕES, o CADERNO DE REDAÇÃO e o CARTÃO-RESPOSTA, que deverão conter sua assinatura e impressão digital.
12. O tempo de duração para esta prova é de **4 horas**.
13. Por motivos de segurança, você somente poderá ausentar-se da sala de prova depois de **3h30min** do início de sua prova.
14. O rascunho ao lado não tem validade definitiva como marcação do Cartão-Resposta, destina-se apenas à conferência do gabarito por parte do candidato.

Nº DE INSCRIÇÃO

--	--	--	--	--	--

Assinatura

Nome do Candidato (letra de forma)

RASCUNHO

01		26	
02		27	
03		28	
04		29	
05		30	
06		31	
07		32	
08		33	
09		34	
10		35	
11		36	
12		37	
13		38	
14		39	
15		40	
16		41	
17		42	
18		43	
19		44	
20		45	
21		46	
22		47	
23		48	
24		49	
25		50	

CONCURSO PÚBLICO – FISCAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR - TIMON-MA – PROVA TIPO – 06
 NÚCLEO DE CONCURSOS E PROMOÇÃO DE EVENTOS – NÚCEPE
 FOLHA DE ANOTAÇÃO DO GABARITO - ATENÇÃO: Esta parte somente deverá ser destacada pelo fiscal da sala, após o término da prova.

N ° D E I N S C R I Ç Ã O

--	--	--	--	--	--	--

FAMÍLIA É TUDO QUE TEMOS

Afinal, é o grupo do qual participamos a vida toda

(...)

E, por falar em família, hoje quase todo mundo acredita que entende desse núcleo e que pode analisá-lo. (...) Há quem acredite que a família está ameaçada de ser destruída ou que já se encontra em estado de falência. Os motivos seriam os mais diversos. O aumento do número de divórcios costuma ser muito citado. Ou a presença da mulher no mercado de trabalho, entre tantas outras causas já apontadas.

Ocorre que, ao mesmo tempo em que os divórcios crescem, há também recasamentos, e as mulheres que muito precisam ou querem se dedicar ao trabalho remunerado vivem se martirizando pela culpa de estar longe da família por tanto tempo. Isso significa que pertencer a uma família, com todos os bônus e ônus impostos, é essencial.

(...)

Não há dúvida de que algumas famílias, ou integrantes delas, recusam a convivência com o grupo, afastam-se para sempre, buscam apagar da memória a existência desse laço primordial. Mesmo essas pessoas procuram formar sua família fora dos laços tradicionais, que são os de sangue e os de aliança. Fazem dos amigos próximos sua família, por exemplo. Elas sentem na pele a importância de pertencer a um grupo e buscam criá-lo, já que enfrentaram impedimentos radicais em sua família de origem.

A família precisa ser cuidada porque sobrevive dos vínculos afetivos entre todos os seus integrantes, e isso dá trabalho. Mas enfrentar os conflitos que surgem no grupo com amorosidade, compaixão, respeito, generosidade e delicadeza, por exemplo, promove uma vida pessoal e familiar de qualidade.

(...)

(VEJA de 12 de dezembro de 2018, edição nº 2612, p.89 – Por Rosely Sayão)

01. É amplamente aceita a ideia de que, ao elaborarmos os nossos textos, quer orais, quer escritos, assumimos algum posicionamento, implícita ou explicitamente, sobre o tema em debate. Está **CORRETO**, então, dizer que

- a) o texto não apresenta, claramente, uma discussão consistente do tema, o que impossibilita uma compreensão precisa sobre a posição ali assumida quanto à questão tratada.

- b) no texto está explícita a ideia de que uma família só pode ser concebida como tal se seus membros mantiverem laços de afetividade sólidos e se recorrerem uns aos outros, caso necessitem, para não se sentirem desamparados.
- c) não há, explicitamente, uma defesa clara da necessidade de vínculos familiares para que uma família seja considerada acolhedora e afetivamente útil aos membros que a constituem em vínculos sanguíneos.
- d) há um posicionamento bastante claro sobre o tema tratado, evidenciado em argumentos que apontam para uma defesa da necessidade que qualquer ser humano tem de congregar-se a um grupo, em laços consanguíneos, familiares, ou não.
- e) o texto assume a ideia de que, fora as relações consanguíneas, não há quem esteja isento de se envolver em conflitos que podem resultar em rompimento dos laços essenciais que sustentam qualquer relação familiar.

02. O segmento no qual identificamos palavras/expressões que configuram ideias contrárias entre si é:

- a) *O aumento do número de divórcios costuma ser muito citado.*
- b) *... pertencer a uma família, com todos os bônus e ônus impostos, é essencial.*
- c) *... afastam-se para sempre, buscam apagar da memória a existência desse laço...*
- d) *Elas sentem na pele a importância de pertencer a um grupo e buscam criá-lo, ...*
- e) *A família precisa ser cuidada porque sobrevive dos vínculos afetivos...*

03. O item no qual a palavra/expressão em destaque **NÃO** tem a função textual de orientar para a conclusão/justificativa do enunciado/ideia anteriormente explicitado(a) é:

- a) *A família precisa ser cuidada **porque** sobrevive dos vínculos afetivos entre todos os seus integrantes, ...*
- b) *... Não há dúvida de que algumas famílias, (...) buscam apagar da memória a existência desse laço primordial. **Mesmo** essas pessoas procuram formar sua família fora dos laços tradicionais,...*
- c) *... sentem na pele a importância de pertencer a um grupo e buscam criá-lo, **já que** enfrentaram impedimentos radicais em sua família de origem.*
- d) *Não há dúvida **de que** algumas famílias, ou integrantes delas, recusam a convivência com o grupo, ...*

e) **Mas** enfrentar os conflitos que surgem no grupo com amorosidade, (...) delicadeza, por exemplo, promove uma vida pessoal e familiar de qualidade.

04. Nos itens abaixo dispostos, a palavra em negrito e sublinhada que tem a função de apontar para uma relação de alternância com valor inclusivo, é:

- a) O aumento do número de divórcios costuma ser muito citado. **Ou** a presença da mulher no mercado de trabalho, entre tantas outras causas já apontadas.
- b) Afinal, é o grupo **do qual** participamos a vida toda.
- c) ... hoje quase todo mundo acredita que entende desse núcleo **e que** pode analisá-lo.
- d) ... ao mesmo tempo em que os divórcios crescem, há **também** recasamentos, ...
- e) A família precisa ser cuidada porque sobrevive dos vínculos afetivos entre todos os seus integrantes, **e** isso dá trabalho.

05. O item no qual o excerto transcrito apresenta, na expressão em destaque, um registro linguístico que é muito comum na modalidade oral da linguagem é:

- a) Os motivos seriam **os mais diversos**.
- b) **Afinal**, é o grupo do qual participamos a vida toda.
- c) Fazem dos amigos próximos sua família, **por exemplo**.
- d) Isso significa que pertencer a uma família, com todos os bônus e ônus impostos, **é essencial**.
- e) **E, por falar em família**, hoje quase todo mundo acredita que entende desse núcleo e que pode analisá-lo. ...

06. O trecho no qual identificamos uma perífrase verbal de aspecto cursivo é:

- a) ... *buscam apagar da memória a existência desse laço primordial.*
- b) ... e *buscam criá-lo, já que enfrentaram impedimentos radicais em sua família de origem.*
- c) ... *vivem se martirizando pela culpa de estar longe da família por tanto tempo.*
- d) ... *recusam a convivência com o grupo, afastam-se para sempre, ...*
- e) A família precisa ser cuidada porque sobrevive dos vínculos afetivos entre todos os seus integrantes, e isso dá trabalho.

Para responder às **questões 07 e 08** leia as sequências I, II e III.

I - *Há quem acredite que a família está ameaçada de ser destruída ou que já se encontra em estado de falência.*

II - *Não há dúvida de que algumas famílias, ou integrantes delas, recusam a convivência com o grupo, afastam-se para sempre, buscam apagar da memória a existência desse laço primordial.*

III - *... há também recasamentos, e as mulheres que muito precisam ou querem se dedicar ao trabalho remunerado vivem se martirizando pela culpa de estar longe da família por tanto tempo.*

07. Do ponto de vista da estrutura morfossemântica, sobre os trechos em I, II e III, está **CORRETO** o que se afirma em:

- a) A palavra “que”, em I (primeira ocorrência) e em III, retomam, respectivamente, as palavras “dúvida” e “mulheres”.
- b) A palavra “que”, em I (primeira e segunda ocorrências) classifica-se morfologicamente como conjunção integrante.
- c) Em hipótese alguma, a forma verbal “há” (do verbo haver), em II, poderia ser substituída pela forma “existe” (do verbo existir).
- d) Em II, a palavra “dúvida” está flexionada no singular porque, se flexionada no plural, incorreria em erro grave, do ponto de vista gramatical.
- e) Em III, a forma verbal “martirizando”, flexionada do verbo “martirizar”, deriva da palavra primitiva “martírio”.

08. Do ponto de vista da estrutura sintática, está **CORRETO** o que se afirma em:

- a) As formas verbais “recusam”, “afastam-(se)” e “buscam”, em II, têm como núcleo do sujeito gramatical a palavra “famílias”.
- b) Em “*Não há dúvida de que algumas famílias, ...*”, o verbo *haver* (*há*), pede um complemento indireto, em II.
- c) Em “*recusam a convivência com o grupo, afastam-se para sempre, ...*”, em II, os verbos “recusar” e “afastar (se)” são, igualmente, intransitivos.
- d) Em “*ou que já se encontra em estado de falência.*”, em I, o termo “de falência” tem valor de adjunto adverbial.
- e) A palavra “recasamentos”, em III, no plural, revela uma inadequação quanto às regras de concordância, pois deveria vir no singular, para concordar com a forma verbal “há”.

09. Em: “Elas sentem na pele a importância de pertencer a um grupo e buscam criá-lo, **já que** enfrentaram impedimentos radicais em sua família de origem”. O segmento gramatical em destaque confere à oração por ele iniciada a ideia de

- a) comparação.
- b) finalidade.
- c) causa.
- d) concessão.
- e) conformidade.

10. A oração com valor de adjetivo encontra-se em destaque, no item:

- a) ... hoje quase todo mundo acredita **que entende desse núcleo ...**
- b) Isso significa **que pertencer a uma família, com todos os bônus e ônus impostos, é essencial.**
- c) Elas sentem na pele **a importância de pertencer a um grupo e buscam criá-lo, ...**
- d) A família precisa ser cuidada **porque sobrevive dos vínculos afetivos entre todos os seus integrantes, ...**
- e) Mesmo essas pessoas procuram formar sua família fora dos laços tradicionais, **que são os de sangue e os de aliança.**

MATEMÁTICA BÁSICA, RACIOCÍNIO LÓGICO E NOÇÕES DE MATEMÁTICA FINANCEIRA

11. Em uma festa de Natal (em que as pessoas se cumprimentam), cada pessoa cumprimenta exatamente outras três pessoas.

- I) É possível que na festa tivessem 2.019 pessoas?
- II) Se foram totalizados 3.030 cumprimentos, quantas pessoas havia na festa?

De acordo com as perguntas I) e II) acima, marque a alternativa **CORRETA** abaixo:

- a) I) Sim; II) 2.020
- b) I) Não; II) 3.030
- c) I) Sim; II) 2.019
- d) I) Não; II) 2.019
- e) I) Não; II) 2.020

12. Eduardo vai ao médico para uma consulta de rotina. A secretária lhe entrega uma senha numérica para uma espera mais organizada. A seguir temos afirmações sobre o número de senha de Eduardo:

- I) A soma dos dígitos do número é 9.
- II) Dois dos dígitos do número são iguais.
- III) O número é menor que 105.
- IV) O número é maior que 43.
- V) O número é primo.

Sabendo-se exatamente que uma das afirmações acima é falsa, assinale abaixo o número da senha de Eduardo:

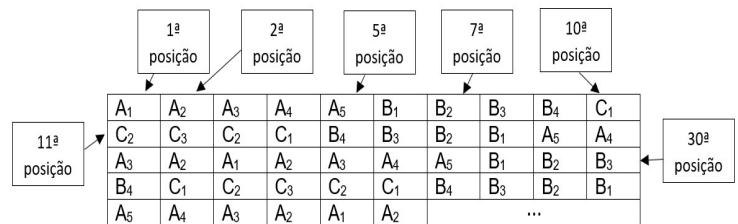
- a) 63
- b) 81
- c) 90
- d) 101
- e) 103

13. Em uma caixa de jogo chamado “Baralho ABC”, existem apenas 12 cartas, que são enumeradas da seguinte maneira:

- Cartas tipo A: A₁, A₂, A₃, A₄, A₅ (5 cartas)
- Cartas tipo B: B₁, B₂, B₃, B₄ (4 cartas)
- Cartas tipo C: C₁, C₂, C₃ (3 cartas)

Dispomos de 5.000 caixas de Baralho ABC, e colocamos todas as cartas na seguinte sequência:

Se somarmos a carta da posição 2019 com a



carta da posição 4038, temos:

- a) B₂ + C₃
- b) B₁ + A₄
- c) B₃ + C₂
- d) A₂ + B₄
- e) A₅ + C₃

14. Sejam os números $x \in \mathbb{R}, y \in \mathbb{R}, z \in \mathbb{R}$, dados por:

$$x = \frac{1}{2} + \frac{1}{6} + \frac{1}{12} + \frac{1}{20} + \dots + \frac{1}{2019^2 - 2019}$$

$$y = \frac{2}{2} + \frac{2}{6} + \frac{2}{12} + \frac{2}{20} + \dots + \frac{2}{2019^2 - 2019}$$

$$z = \frac{3}{2} + \frac{3}{6} + \frac{3}{12} + \frac{3}{20} + \dots + \frac{3}{2019^2 - 2019}$$

O valor de $(x - \frac{y}{2})^2 + \frac{z}{3}$ é igual a:

- a) 0
- b) 1



- c) $\frac{1009}{1010}$
 d) $\frac{2018}{2019}$
 e) $\frac{3027}{3028}$

15. Em um grupo com 40 pessoas (contendo mulheres e homens), pergunta-se sobre a preferência pelas cores de roupas azul e rosa, e observa-se que:

- 8 homens gostam de rosa;
- 7 homens gostam de azul;
- No grupo pesquisado, há exatamente 17 homens;
- 7 pessoas gostam de azul e rosa;
- 6 homens e 9 mulheres não gostam de tais cores;
- 13 pessoas gostam somente de rosa.

Quantas mulheres gostam de roupas de cor azul?

- a) 0
 b) 1
 c) 2
 d) 3
 e) 4

16. Maria deseja reformar sua casa antes de seu aniversário, mas para isso, necessita recorrer a um empréstimo bancário. Considerando que Maria recebe um empréstimo no valor de R\$ 8.000,00 a uma taxa de juros simples de 2,7% ao mês (considerando o mês com trinta dias), qual o valor dos juros a serem pagos se a duração do empréstimo for de mil dias?

- a) R\$ 6.400,00
 b) R\$ 7.200,00
 c) R\$ 15.200,00
 d) R\$ 17.200,00
 e) R\$ 25.200,00

17. Uma loteria sorteia R\$ 2.000.000,00 dividido em 1º prêmio, 2º prêmio, 3º prêmio, na proporção 2:3:5, respectivamente. Ana é uma das pessoas contempladas no 1º prêmio, e o dividirá com mais nove contemplados. Ao receber sua parte do prêmio, Ana decide que o dividirá totalmente entre seus filhos Gustavo, Oscar e Leandro, na proporção 2:3:5, respectivamente. Assinale abaixo a opção que indica a porcentagem que Oscar receberá da premiação total sorteada pela loteria:

- a) 1,6%
 b) 1,2%

- c) 1,0%
 d) 0,6%
 e) 0,3%

18. Considere a, b, c, d números inteiros não nulos, sendo (a, b, c, d) uma proporção, isto é, $\frac{a}{b} = \frac{c}{d}$, é **INCORRETO** afirmar que:

- a) (a^2, ab, c^2, cd) também é uma proporção.
 b) $(a + b, b, c + d, d)$ também é uma proporção.
 c) $(a, b, a + c, b + d)$ também é uma proporção.
 d) $(a - b, b, c - d, d)$ também é uma proporção.
 e) $(a, b, c + d, d)$ também é uma proporção.

19. Marcos é convencido pelo gerente de sua agência bancária a aplicar suas economias em dois fundos de investimento, sendo eles: Ganha Fácil 1 e Ganha Fácil 2. Logo no primeiro mês o fundo Ganha Fácil 1 rendeu 60% e o fundo Ganha Fácil 2 rendeu 15%. No segundo mês, tanto Ganha Fácil 1 como Ganha Fácil 2 renderam 20%. Qual é a porcentagem investida por Marcos no fundo Ganha Fácil 2, sabendo que a rentabilidade total obtida pelos dois fundos no bimestre foi de 51,5%?

- a) 15%
 b) 25%
 c) 29%
 d) 35%
 e) 40%

20. Pedro necessita quitar uma dívida bancária no valor de R\$ 700,00, e pede a seu amigo tal valor emprestado. O amigo de Pedro possui o valor solicitado, porém o empréstimo é condicionado pelo amigo da seguinte maneira:

“Você deve me devolver o dinheiro no prazo exato de 3 meses (contados a partir do recebimento do dinheiro emprestado), acrescido de juros compostos de 10% ao mês. Preciso receber R\$ 300,00 após exatos 60 dias de empréstimo, e o dinheiro que falta, no mês seguinte”.

Considerando que Pedro sempre honra seus compromissos e nunca atrasa qualquer pagamento, e ainda, considerando o mês com 30 dias, pergunta-se:

- l) Qual será o valor da última parcela do empréstimo que Pedro pagará a seu amigo se aceitar as condições do empréstimo?



- II) Considerando que o banco cobra uma taxa de juros simples de 29% ao ano, a opção mais econômica para Pedro quitar a dívida bancária, seria pagar a dívida diretamente ao banco no prazo de 1 ano, ou aceitar o dinheiro e as condições de seu amigo?

Assinale abaixo a opção que responde aos dois questionamentos acima:

- a) R\$ 601,70; fazer empréstimo com o amigo.
- b) R\$ 631,70; pagar a dívida diretamente ao banco.
- c) R\$ 517,00; fazer empréstimo com o amigo.
- d) R\$ 603,00; pagar a dívida diretamente ao banco.
- e) R\$ 591,70; fazer empréstimo com o amigo.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

21. Segundo as disposições gerais do CDC, é **CORRETO** afirmar que:

- a) A pessoa jurídica não pode ser consumidor.
- b) Produto é qualquer bem, móvel ou imóvel, material ou imaterial.
- c) Serviço é qualquer atividade fornecida no mercado de consumo, mediante remuneração, inclusive, as decorrentes das relações de caráter trabalhista.
- d) Fornecedor é toda pessoa física ou jurídica, pública ou privada, desde que nacional, bem como os entes despersonalizados, que desenvolvem atividade de produção, montagem, criação, construção, transformação, importação, exportação, distribuição ou comercialização de produtos ou prestação de serviços.
- e) O referido código estabelece normas de proteção e defesa do consumidor, de ordem pública e interesse social, nos termos da legislação federal.

22. Não constitui instrumento para a execução da Política Nacional das Relações de Consumo:

- a) A manutenção de assistência jurídica, integral e gratuita para o consumidor carente.
- b) A instituição de Promotorias de Justiça de Defesa do Consumidor, no âmbito do Poder Judiciário.
- c) A criação de delegacias de polícia especializadas no atendimento de consumidores vítimas de infrações penais de consumo.
- d) A criação de Juizados Especiais de Pequenas Causas e Varas Especializadas para a solução de litígios de consumo.

- e) A concessão de estímulos à criação e desenvolvimento das Associações de Defesa do Consumidor.

23. Acerca do prazo para reclamar pelos vícios aparentes ou de fácil constatação, marque a alternativa **CORRETA**.

- a) Tratando-se de fornecimento de serviço e de produtos não duráveis, o prazo é decadencial de trinta dias.
- b) Em caso de fornecimento de serviço e de produtos duráveis, o prazo é prescricional de noventa dias.
- c) O prazo é decadencial de cinco anos, independentemente do tipo de produto.
- d) Inicia-se a contagem do prazo prescricional a partir da entrega efetiva do produto ou do término da execução dos serviços
- e) Tratando-se de vício oculto, o prazo decadencial inicia-se no momento do término da garantia.

24. Quanto à Responsabilidade por Vício do Produto e do Serviço, assinale a alternativa **CORRETA**.

- a) Os fornecedores de produtos de consumo duráveis ou não duráveis respondem subsidiariamente pelos vícios de qualidade ou quantidade que os tornem impróprios ou inadequados ao consumo a que se destinam ou lhes diminuam o valor.
- b) Não sendo o vício sanado no prazo máximo de trinta dias, pode o consumidor exigir, cumulativamente: a substituição do produto por outro da mesma espécie, em perfeitas condições de uso; a restituição imediata da quantia paga, monetariamente atualizada, sem prejuízo de eventuais perdas e danos; e o abatimento proporcional do preço.
- c) No caso de fornecimento de produtos *in natura*, o produtor, em qualquer hipótese, será responsável perante o consumidor.
- d) Poderão as partes convencionar a redução ou ampliação do prazo de trinta dias para saneamento do vício, não podendo ser inferior a sete nem superior a cento e oitenta dias. Nos contratos de adesão, a cláusula de prazo deverá ser convencionada em separado, por meio de manifestação expressa do consumidor.
- e) Tendo o consumidor optado pela substituição do produto por outro da mesma espécie, em perfeitas condições de uso, e não sendo possível a substituição do bem, poderá haver substituição por outro de espécie, marca ou modelo diversos, sem complementação ou restituição de eventual diferença de preço.

25. Sobre os Bancos de Dados e Cadastros de Consumidores, é **CORRETO** afirmar que:

- a) A abertura de cadastro, ficha, registro e dados pessoais e de consumo não necessita ser comunicada ao consumidor.
- b) Os órgãos públicos de defesa do consumidor manterão cadastros atualizados de reclamações fundamentadas contra fornecedores de produtos e serviços, vedada a divulgação.
- c) Consumada a decadência relativa à cobrança de débitos do consumidor, não serão fornecidas, pelos respectivos Sistemas de Proteção ao Crédito, quaisquer informações que possam impedir ou dificultar novo acesso ao crédito junto aos fornecedores.
- d) Os cadastros e dados de consumidores devem ser objetivos, claros, verdadeiros e em linguagem de fácil compreensão, não podendo conter informações negativas referentes a período superior a três anos.
- e) Os bancos de dados e cadastros relativos a consumidores, os serviços de proteção ao crédito e congêneres são considerados entidades de caráter público.

26. Em relação aos contratos de adesão, marque a alternativa **CORRETA**.

- a) As cláusulas que implicarem limitação de direito do consumidor serão consideradas inválidas.
- b) Os contratos de adesão escritos serão redigidos em termos claros e com caracteres ostensivos e legíveis, cujo tamanho da fonte dependerá do tipo de contrato, de modo a facilitar sua compreensão pelo consumidor.
- c) A inserção de cláusula no formulário não desfigura a natureza de adesão do contrato.
- d) Contrato de adesão é de comum acordo, e suas cláusulas são aprovadas pela autoridade competente ou estabelecidas unilateralmente pelo fornecedor de produtos ou serviços, sem que o consumidor possa discutir ou modificar substancialmente seu conteúdo.
- e) Não se admite cláusula resolutória nos contratos de adesão.

27. Acerca das Sanções Administrativas, assinale a alternativa **CORRETA**.

- a) As referidas sanções excluem as de natureza civil ou penal.
- b) A sanção de multa não pode ser aplicada juntamente com a suspensão temporária de atividade.

- c) A União, em caráter exclusivo, baixará normas relativas à produção, industrialização, distribuição e consumo de produtos e serviços.
- d) A pena de multa será graduada de acordo com a gravidade da infração, com a vantagem auferida e com a condição econômica do fornecedor.
- e) A contrapropaganda será divulgada pelo responsável da mesma forma, frequência e dimensão e, obrigatoriamente, no mesmo veículo, local, espaço e horário, de forma capaz de desfazer o malefício da publicidade enganosa ou abusiva.

28. Segundo o CDC, constitui prática abusiva:

- a) Recusar a venda de bens ou a prestação de serviços, diretamente a quem se disponha a adquiri-los mediante pronto pagamento, ressalvados os casos de intermediação regulados em leis especiais.
- b) Permitir o ingresso em estabelecimentos comerciais ou de serviços de um número maior de consumidores que o fixado pelos fornecedores.
- c) Aplicar fórmula ou índice de reajuste legalmente estabelecido.
- d) Elevar com justa causa o preço de produtos ou serviços.
- e) Executar serviços sem a prévia elaboração de orçamento e autorização expressa do consumidor, ainda que decorrentes de práticas anteriores entre as partes.

29. Acerca da publicidade, assinale a alternativa **CORRETA**.

- a) É abusiva qualquer modalidade de informação ou comunicação de caráter publicitário, inteira ou parcialmente falsa, ou, por qualquer outro modo, mesmo por omissão, capaz de induzir a erro o consumidor a respeito da natureza, características, qualidade, quantidade, propriedades, origem, preço e quaisquer outros dados sobre produtos e serviços.
- b) O ônus da prova da veracidade e correção da informação ou comunicação publicitária cabe ao consumidor.
- c) A publicidade é abusiva por omissão quando deixar de informar sobre dado essencial do produto ou serviço.
- d) É enganosa, dentre outras, a publicidade discriminatória de qualquer natureza, que incite à violência, explore o medo ou a superstição, se aproveite da deficiência de

juízo e experiência da criança, desrespeite valores ambientais, ou que seja capaz de induzir o consumidor a se comportar de forma prejudicial ou perigosa à sua saúde ou segurança.

- e) O fornecedor, na publicidade de seus produtos ou serviços, manterá, em seu poder, para informação dos legítimos interessados, os dados fáticos, técnicos e científicos que dão sustentação à mensagem.

30. Quanto à oferta é **CORRETO** afirmar que:

- a) O fornecedor do produto ou serviço é subsidiariamente responsável pelos atos de seus prepostos ou representantes autônomos.
- b) Se o fornecedor de produtos ou serviços recusar cumprimento à oferta, apresentação ou publicidade, o consumidor poderá, cumulativamente: exigir o cumprimento forçado da obrigação, nos termos da oferta, apresentação ou publicidade; aceitar outro produto ou prestação de serviço equivalente; rescindir o contrato, com direito à restituição de quantia eventualmente antecipada, monetariamente atualizada, e direito a perdas e danos.
- c) Cessadas a produção ou importação de determinado produto, a oferta deverá ser mantida pelo período de dez anos, na forma da lei.
- d) Em caso de oferta ou venda por telefone ou reembolso postal, deve constar o nome do fabricante e endereço na embalagem, publicidade e em todos os impressos utilizados na transação comercial.
- e) Toda informação ou publicidade, suficientemente precisa, veiculada por qualquer forma ou meio de comunicação com relação a produtos e serviços oferecidos ou apresentados, obriga o fornecedor que a fizer veicular ou dela se utilizar e não integra o contrato que vier a ser celebrado.

31. Acerca do orçamento, assinale a alternativa **INCORRETA**.

- a) O fornecedor de serviço será obrigado a entregar ao consumidor orçamento prévio, discriminando o valor da mão de obra, dos materiais e equipamentos a serem empregados, as condições de pagamento, bem como as datas de início e término dos serviços.

b) Salvo estipulação em contrário, o valor orçado terá validade pelo prazo de dez dias, contado de seu recebimento pelo consumidor.

c) Uma vez aprovado pelo consumidor, o orçamento obriga os contraentes e somente pode ser alterado em benefício do consumidor.

d) O consumidor responde por quaisquer ônus ou acréscimos decorrentes da contratação de serviços de terceiros previstos no orçamento prévio.

e) No caso de fornecimento de produtos ou de serviços sujeitos ao regime de controle ou de tabelamento de preços, os fornecedores deverão respeitar os limites oficiais, sob pena de não o fazendo, responderem pela restituição da quantia recebida em excesso, monetariamente atualizada, podendo o consumidor exigir à sua escolha, o desfazimento do negócio, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

32. Marque a alternativa **CORRETA** quanto à cobrança de dívidas:

a) O consumidor cobrado em quantia indevida tem direito à repetição do indébito, por valor igual ao dobro do que pagou em excesso, acrescido de correção monetária e juros legais, mesmo em caso de engano justificável.

b) O consumidor cobrado em quantia indevida tem direito à repetição do indébito, por valor equivalente ao que pagou em excesso, acrescido de correção monetária e juros legais, salvo hipótese de engano justificável.

c) O consumidor cobrado em quantia indevida tem direito à repetição do indébito, por valor igual ao dobro do que pagou em excesso, não acrescido de correção monetária e juros legais, salvo hipótese de engano justificável.

d) O consumidor cobrado em quantia indevida tem direito à repetição do indébito, por valor igual ao dobro do que pagou em excesso, acrescido de correção monetária e juros legais, salvo hipótese de engano justificável.

e) O consumidor cobrado em quantia indevida tem direito à repetição do indébito, por valor equivalente ao que pagou em excesso, acrescido de correção monetária e juros legais, salvo hipótese de engano justificável; e desde que a cobrança exponha o consumidor inadimplente ao ridículo, ou a qualquer tipo de constrangimento ou ameaça.

33. São circunstâncias agravantes dos crimes tipificados no CDC:

- a) Ocorrência de dano coletivo.
- b) Quando cometidos por servidor público.
- c) Serem praticados em operações que envolvam alimentos, medicamentos ou quaisquer outros produtos ou serviços não essenciais.
- d) Em detrimento de operário ou rurícola analfabeto.
- e) Serem cometidos em época de grave crise econômica ou por ocasião de promoções realizadas pelo comércio.

34. Sobre as cláusulas abusivas é **CORRETO** afirmar que:

- a) O CDC apresenta um rol exemplificativo das referidas cláusulas.
- b) Elas não são nulas de pleno direito.
- c) A nulidade de uma cláusula contratual abusiva, em regra, invalida o contrato.
- d) É obrigatório a qualquer consumidor ou entidade que o represente requerer, ao Ministério Público, que ajuíze a competente ação para ser declarada a nulidade de cláusula contratual que contrarie o disposto, neste código, ou de qualquer forma não assegure o justo equilíbrio entre direitos e obrigações das partes.
- e) A cláusula que transfere responsabilidade a terceiros não é abusiva.

35. Acerca da Proteção Contratual e suas disposições gerais, marque a alternativa **INCORRETA**.

- a) A garantia contratual é complementar à legal e será conferida mediante termo escrito.
- b) As cláusulas contratuais serão interpretadas de maneira mais favorável ao consumidor.
- c) Os contratos que regulam as relações de consumo não obrigarão os consumidores, se não lhes for dada a oportunidade de tomar conhecimento prévio de seu conteúdo, ou se os respectivos instrumentos forem redigidos de modo a dificultar a compreensão de seu sentido e alcance.
- d) O consumidor pode desistir de qualquer contrato, desde que no prazo de 7 (sete) dias, a contar de sua assinatura ou do ato de recebimento do produto ou serviço.
- e) As declarações de vontade constantes de escritos particulares, recibos e pré-contratos relativos às relações de consumo vinculam o fornecedor.

36. São direitos básicos do consumidor, **EXCETO**:

- a) A proteção da vida, saúde e segurança contra os riscos provocados por práticas no fornecimento de produtos e serviços considerados perigosos ou nocivos.
- b) A revisão de cláusulas contratuais sempre que solicitado pelo consumidor.
- c) O acesso aos órgãos judiciários e administrativos com vistas à prevenção ou reparação de danos patrimoniais e morais, individuais, coletivos ou difusos, assegurada a proteção Jurídica, administrativa e técnica aos necessitados.
- d) A proteção contra a publicidade enganosa e abusiva, métodos comerciais coercitivos ou desleais, bem como contra práticas e cláusulas abusivas ou impostas no fornecimento de produtos e serviços.
- e) A efetiva prevenção e reparação de danos patrimoniais e morais, individuais, coletivos e difusos.

37. Quanto à Responsabilidade pelo Fato do Serviço, marque a alternativa **CORRETA**.

- a) O serviço é considerado defeituoso pela adoção de novas técnicas.
- b) A responsabilidade pessoal dos profissionais liberais será objetiva.
- c) O fornecedor de serviços só não será responsabilizado, quando provar que: tendo prestado o serviço, o defeito inexiste; ou a culpa concorrente do consumidor ou de terceiro.
- d) O serviço é defeituoso, quando não fornece a segurança que o consumidor dele pode esperar, levando-se em consideração as circunstâncias relevantes, entre as quais: o modo de seu fornecimento; o resultado e os riscos que razoavelmente dele se esperam; e a época em que foi fornecido.
- e) Prescreve em cinco anos a pretensão à reparação pelos danos causados por fato do serviço, iniciando-se a contagem do prazo a partir da prestação do serviço.

38. Quanto à desconsideração da personalidade jurídica, é **CORRETO** afirmar que:

- a) O juiz poderá desconsiderar a personalidade jurídica da sociedade quando, em detrimento do consumidor, houver abuso de direito, excesso de poder, infração da lei, fato ou ato ilícito ou violação dos estatutos ou contrato social.

- b) A desconsideração também será efetivada quando houver falência, estado de insolvência, encerramento ou inatividade da pessoa jurídica, salvo se provocados por má administração.
- c) Também poderá ser desconsiderada a pessoa jurídica sempre que sua personalidade for, de alguma forma, obstáculo ao ressarcimento de prejuízos causados aos consumidores, independentemente de pronunciamento judicial.
- d) O CDC não prevê o instituto da desconsideração da personalidade jurídica.
- e) O referido instituto visa beneficiar os fornecedores.

39. Acerca da defesa do consumidor em juízo, assinale a alternativa **INCORRETA**.

- a) A defesa dos interesses e direitos dos consumidores e das vítimas pode ser exercida em juízo individualmente ou a título coletivo.
- b) A defesa do consumidor em juízo a título coletivo pode ser exercida, quando se tratar de interesses ou direitos difusos.
- c) A defesa do consumidor em juízo a título coletivo pode ser exercida, quando se tratar de interesses ou direitos coletivos.
- d) A defesa do consumidor em juízo a título coletivo pode ser exercida, quando se tratar de interesses ou direitos individuais homogêneos.
- e) Ainda que a Constituição Federal preveja a defesa do consumidor pelo Estado, na forma da lei, a defesa do consumidor em juízo não recebeu tratamento expresso no Código de Defesa do Consumidor.

40. Sobre a legitimidade ativa para a propositura de ações que versem sobre a defesa coletiva do consumidor em juízo, assinale a alternativa **CORRETA**.

- a) O Ministério Público é o único legitimado para a propositura de tais ações.
- b) Tais ações podem ser propostas pelos sindicatos constituídos há pelo menos seis meses e que incluam entre seus fins institucionais a defesa dos interesses e direitos protegidos pelo Código de Defesa do Consumidor.
- c) A União, os Estados e o Distrito Federal podem propor tais ações coletivas. Porém, os Municípios não possuem legitimidade para a propositura de tais ações, nos termos do Código de Defesa do Consumidor.

- d) Têm legitimidade ativa para a propositura das ações que versem sobre a defesa coletiva do consumidor, em juízo, as entidades e os órgãos da Administração Pública, direta ou indireta, ainda que sem personalidade jurídica, especificamente destinados à defesa dos interesses e direitos protegidos pelo Código de Defesa do Consumidor.
- e) Todas as alternativas acima estão erradas.

41. Sobre a defesa do consumidor em juízo, assinale a alternativa **CORRETA**.

- a) Na ação que tenha por objeto o cumprimento da obrigação de fazer ou não fazer, o juiz concederá a tutela específica da obrigação ou determinará providências que assegurem o resultado prático equivalente ao do adimplemento.
- b) A conversão da obrigação em perdas e danos será admissível, independente de opção do autor, sempre que o juiz responsável pela condução do processo a reputar cabível, ainda que seja possível a tutela específica ou a obtenção do resultado prático correspondente.
- c) A indenização por perdas e danos importa em impossibilidade de cobrança da multa prevista na legislação processual civil.
- d) Sendo relevante o fundamento da demanda e havendo justificado receio de ineficácia do provimento final, é lícito ao juiz conceder a tutela liminarmente ou após justificação prévia, hipótese em que pode ser imposta multa diária ao réu, desde que haja pedido expresso do autor na petição inicial.
- e) Para a tutela específica ou para a obtenção do resultado prático equivalente, poderá o juiz determinar as medidas necessárias, tais como busca e apreensão, remoção de coisas e pessoas, desfazimento de obra e impedimento de atividade nociva, sendo vedada, entretanto, a requisição de força policial.

42. Sobre as despesas processuais nas ações que versem sobre a defesa do consumidor em juízo, assinale a alternativa **CORRETA**.

- a) Sendo a ação ajuizada por uma associação, sempre será necessário o adiantamento das custas.
- b) A associação autora, em caso de sucumbência, sempre poderá ser condenada ao pagamento de honorários de advogados, custas e despesas processuais.

- c) Nas ações coletivas de que trata o Código de Defesa do Consumidor, não haverá o adiantamento de emolumentos.
- d) Em caso de litigância de má-fé, a associação autora será condenada em honorários advocatícios e ao dobro das custas, sem prejuízo da responsabilidade por perdas e danos.
- e) Os diretores da associação autora responsáveis pela propositura da ação não podem ser condenados em honorários advocatícios e custas processuais, ainda que em caso de litigância de má-fé.

43. Sobre a coisa julgada nas ações coletivas reguladas pelo Código de Defesa do Consumidor, assinale a alternativa **INCORRETA**.

- a) A sentença fará coisa julgada *erga omnes*, ainda que o pedido seja julgado improcedente por insuficiência de provas, quando se tratar de interesses ou direitos difusos.
- b) A sentença fará coisa julgada *ultra partes*, mas limitadamente ao grupo, categoria ou classe, quando se tratar de interesses ou direitos coletivos.
- c) A sentença fará coisa julgada *erga omnes*, apenas no caso de procedência do pedido, para beneficiar todas as vítimas e seus sucessores, na hipótese de interesses ou direitos individuais homogêneos, assim entendidos os decorrentes de origem comum.
- d) Os efeitos da coisa julgada, em casos de interesses ou direitos difusos e coletivos, não prejudicarão interesses e direitos individuais dos integrantes da coletividade, do grupo, categoria ou classe.
- e) Em se tratando de interesses ou direitos individuais homogêneos, em caso de improcedência do pedido, os interessados que não tiverem intervindo no processo como *litisconsortes* poderão propor ação de indenização a título individual.

44. Sobre a convenção coletiva de consumo, assinale a alternativa **CORRETA**.

- a) A convenção coletiva de consumo é instituto jurídico que não se encontra previsto expressamente no Código de Defesa do Consumidor, mas que possui ampla utilização social, sendo resultado dos costumes do mercado consumidor, buscando a antecipação de eventuais conflitos nas relações de consumo, regulando sua solução e estabelecendo condições para a sua composição.

- b) A convenção coletiva de consumo pode ter por objeto estabelecer condições relativas ao preço, à qualidade, à quantidade, à garantia e às características de produtos e serviços, bem como à reclamação e composição do conflito de consumo.
- c) A convenção coletiva de consumo não precisa ser escrita, podendo, inclusive, ter por objeto cláusula que impeça ou importe em restrição, ainda que indireta, aos direitos previstos na legislação consumerista.
- d) Exime-se de cumprir a convenção coletiva de consumo o fornecedor que se desligar da entidade em data posterior ao registro do instrumento.
- e) A convenção coletiva de consumo é obrigatória a partir da sua assinatura, independentemente do registro do instrumento, no cartório de títulos e documentos.

45. Sobre os interesses ou direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos, assinale a alternativa **INCORRETA**.

- a) O direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado é exemplo de direito difuso.
- b) Os titulares dos direitos coletivos em sentido estrito são pessoas indeterminadas, mas determináveis, uma vez que fazem parte de um grupo, categoria ou classe de pessoas, sendo possível a sua identificação.
- c) Os direitos difusos têm natureza divisível, de modo que o resultado da sua tutela pode ser diferente para cada titular.
- d) Os titulares de direitos difusos não possuem uma relação jurídica entre si, se encontrando ligados por circunstâncias de fato.
- e) Os direitos individuais homogêneos têm natureza divisível, sendo seus titulares determinados ou determináveis, que, apesar de não se encontrarem ligados entre si, têm seus interesses decorrentes de uma origem comum.

46. Assinale a alternativa **CORRETA**, tendo em vista a jurisprudência sumulada do Superior Tribunal de Justiça:

- a) Aplica-se o Código de Defesa do Consumidor aos contratos de plano de saúde, ainda que administrados por entidades de autogestão.
- b) O Código de Defesa do Consumidor é aplicável aos empreendimentos habitacionais promovidos pelas sociedades cooperativas.

- c) A recusa de cobertura securitária, sob a alegação de doença preexistente, é sempre lícita, independentemente da exigência de exames médicos prévios à contratação ou da demonstração de má-fé do segurado.
- d) A cláusula contratual de plano de saúde que prevê carência para utilização dos serviços de assistência médica nas situações de emergência ou de urgência é considerada abusiva se ultrapassado o prazo máximo de 72 horas, contado da data da contratação.
- e) As instituições de ensino superior não respondem pelos danos suportados pelo aluno/consumidor pela realização de curso não reconhecido pelo Ministério da Educação, sobre o qual não lhe tenha sido dada prévia e adequada informação.

47. Considere as seguintes situações hipotéticas:

- I - Maria celebrou contrato de previdência privada com entidade aberta de previdência complementar.
- II - Joana possui plano de previdência complementar administrado por entidade fechada de previdência complementar.
- III - Caio celebrou contrato de financiamento bancário com instituição financeira.

De acordo com a jurisprudência sumulada do Superior Tribunal de Justiça, assinale a alternativa **CORRETA**, tendo em vista as situações hipotéticas acima narradas:

- a) O Código de Defesa do Consumidor não se aplica a nenhuma das situações hipotéticas acima narradas.
- b) O Código de Defesa do Consumidor se aplica a todas as situações hipotéticas acima narradas.
- c) Somente Caio pode se valer do Código de Defesa do Consumidor, na defesa de seus direitos.
- d) O Código de Defesa do Consumidor é aplicável à relação jurídica celebrada por Maria, mas não incide sobre o contrato celebrado por Joana.
- e) O Código de Defesa do Consumidor não incide sobre as relações jurídicas celebradas por Joana e Caio.

48. Sobre a oferta e as formas de afixação de preços de produtos e serviços para o consumidor, assinale a alternativa **CORRETA**.

- a) No caso de divergência de preços para o mesmo produto entre os sistemas de informação de preços utilizados pelo estabelecimento, o consumidor pagará o maior dentre eles.

- b) É admitida a forma de afixação de preços em vendas a varejo para o consumidor, no comércio em geral, por meio de etiquetas ou similares afixados diretamente nos bens expostos à venda, e em vitrines, mediante divulgação do preço à vista em caracteres legíveis.
- c) É admitida a forma de afixação de preços em vendas a varejo para o consumidor, no comércio eletrônico, mediante divulgação ostensiva do preço à vista, junto à imagem do produto ou descrição do serviço, em caracteres facilmente legíveis com tamanho de fonte não inferior a dez.
- d) Nos estabelecimentos que utilizem código de barras para apreçamento, é facultativo o oferecimento de equipamentos de leitura ótica para consulta de preço pelo consumidor.
- e) Na venda a varejo de produtos fracionados em pequenas quantidades, o comerciante deverá informar, na etiqueta contendo o preço ou junto aos itens expostos, além do preço do produto à vista, o preço correspondente a uma das seguintes unidades fundamentais de medida: capacidade, massa, volume, comprimento ou área, de acordo com a forma habitual de comercialização de cada tipo de produto, inclusive, em caso de comercialização de medicamentos.

49. Sobre a Lei nº 7.347/85, que dispõe sobre a ação civil pública, assinale a alternativa **INCORRETA**.

- a) A ação civil pública poderá ter por objeto a condenação em dinheiro ou o cumprimento de obrigação de fazer ou não fazer.
- b) É admitido o *litisconsórcio* facultativo entre os Ministérios Públicos da União, do Distrito Federal e dos Estados na defesa dos interesses e direitos tutelados por ação civil pública.
- c) Qualquer pessoa deverá e o servidor público poderá provocar a iniciativa do Ministério Público, ministrando-lhe informações sobre fatos que constituam objeto da ação civil e indicando-lhe os elementos de convicção.
- d) Se, no exercício de suas funções, os juízes e tribunais tiverem conhecimento de fatos que possam ensejar a propositura da ação civil, remeterão peças ao Ministério Público para as providências cabíveis.
- e) A ação civil pública pode ter por objeto a tutela de danos morais e patrimoniais causados, dentre outros, ao consumidor e à ordem urbanística.

50. Nos termos da Lei nº 9.656/1998, a prestação continuada de serviços ou cobertura de custos assistenciais a preço pré ou pós estabelecido, por prazo indeterminado, com a finalidade de garantir, sem limite financeiro, a assistência à saúde, pela faculdade de acesso e atendimento por profissionais ou serviços de saúde, livremente escolhidos, integrantes ou não de rede credenciada, contratada ou referenciada, visando à assistência médica, hospitalar e odontológica, a ser paga integral ou parcialmente às expensas da operadora contratada, mediante reembolso ou pagamento direto ao prestador, por conta e ordem do consumidor, corresponde à definição de:

- a) Carteira.
- b) Mecanismo de Regulação.
- c) Entidade Aberta de Previdência Complementar.
- d) Plano Privado de Assistência à Saúde.
- e) Operadora de Plano de Assistência à Saúde.